

PROCESSO : 5003072-09.2022.4.02.9388
ORIGINÁRIO : 0012725-07.2013.4.02.5001/ES
TIPO : Precatório

REQUERENTE : MARIA DE FATIMA PINTO DE ALVARENGA
ADVOGADO : MARCELO CARVALHINHO VIEIRA - ES012411

REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : ANDRÉ AMARAL DE AGUIAR - PRF-1_2_PREV

DEPRECANTE : Juízo Substituto da 2ª VF Cível de Vitória

ASSUNTO : 040201 - RMI - Renda Mensal Inicial
Tipo de Despesa : 12 - NATUREZA ALIMENTÍCIA - Benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez (12)
Trans. Requisição : 29/03/2022 19:00:15
Data de Entrada : 29/03/2022 19:00:15

REQUISIÇÃO : 22500003650
Data Ajuizamento : 20/12/2013
Data TJ. Conhecim. : 16/08/2019
Data TJ. Embargos : 30/09/2021
Espécie Requisição : Parcial
Superpreferencial : Não
Precatório de natureza **NÃO tributária**

Tipo	Beneficiário		
Nome	MARIA DE FATIMA PINTO DE ALVARENGA		
CPF/CGC	082.482.337-07		
Valor Principal	24.241,49	Data Base	01/07/2020
Valor Juros	5.281,20	Data Base	01/07/2020
Juros de mora fixados na sentença:	Poupança		
Renuncia	Não	Status	Sem Bloqueio
IR-RRA	Sim		
Meses Exe. Anterior	125	Valor Exe. Anterior	-
Meses Exe. Corrente	-	Valor Exe. Corrente	-
Ano Exe. Corrente	-	Status Servidor	-
Valor Inicial PSS	-	Data Base PSS	-
Valor total execução	258.323,59	Data base execução	01/07/2020
Valor Requisitado	29.522,69		

Tipo	Honorário		
Nome	MARCELO CARVALHINHO VIEIRA		
CPF/CGC	078.065.597-44		
Valor Principal	6.060,38	Data Base	01/07/2020
Valor Juros	1.320,30	Data Base	01/07/2020
Juros de mora fixados na sentença:	Poupança		
Renuncia	Não	Status	Sem Bloqueio
IR-RRA	Não		
Tipo Hon. Judicial	Honorários Contratuais		
Meses Exe. Anterior	-	Valor Exe. Anterior	-
Meses Exe. Corrente	-	Valor Exe. Corrente	-
Ano Exe. Corrente	-	Status Servidor	-
Valor Inicial PSS	-	Data Base PSS	-
Valor total execução	-	Data base execução	-
Valor Requisitado	7.380,68		

Valor Total da Requisição: 36.903,37

Observações:

- 1) Precatórios classificados pelo juízo requisitante como de natureza não tributária serão atualizadas da data base do cálculo informada na requisição de pagamento até o efetivo pagamento pelo IPCA-E.
- 2) Precatórios classificadas pelo juízo requisitante como de natureza tributária serão atualizadas da data base do cálculo informada na requisição de pagamento até o efetivo pagamento pela SELIC.